



PUC Viva

Edição Especial nº 66 - 03/09/2021

Jornal semanal da APROPUC e AFAPUC

7 de Setembro

UM GRITO DOS EXCLUÍDOS CONTRA BOLSONARO

Na próxima terça-feira, 7 de setembro, as centrais sindicais, movimentos populares sob a campanha Fora Bolsonaro preparam por todo o país e no exterior uma grande manifestação de protesto contra o governo neofascista.

Desta vez o ato terá como bandeira "Grito por Fora Bolsonaro, vida em primeiro lugar", em defesa dos empregos, dos direitos, por um salário mínimo vital e contra todos os ataques do governo de ultradireita. O ato também servirá como um protesto contra a manifestação antidemocrática que a direita marcou também no dia 7/9 e que levanta bandeiras golpistas como o ataque ao Supremo Tribunal Federal.

O governador do Estado de São Paulo, João Doria tentou numa manobra golpista, proibir a realização do ato das esquerdas, autorizando apenas a manifestação golpista pró-Bolsonaro. Porém o Ministério Público liberou a manifestação das esquerdas, enfatizando que havia sim contingente policial para garantir a segurança na cidade.

Várias Centrais Sindicais além de levantar as bandeiras de protesto nos atos conclamam os participantes a construir nas próximas se-

manas uma greve geral para barrar todos os ataques do governo, mas também a política ultraliberal que vem sendo aplicada com o apoio do Congresso.

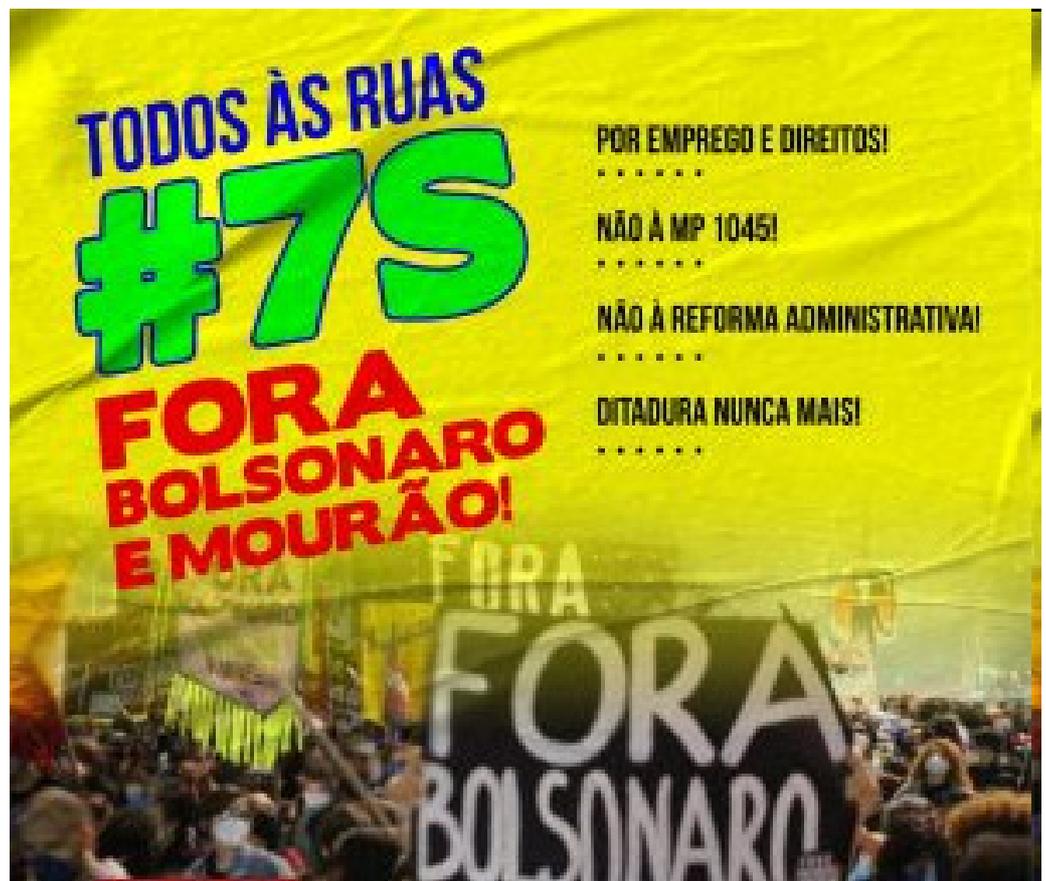
Mais uma vez a APROPUC e a AFAPUC se juntam para participar das manifestações, levantando todas as precauções necessárias para a preservação da saúde em tempos de pandemia, guardando distanciamen-

to, levando máscaras e álcool gel. Professores e funcionários marcaram como ponto de encontro as escadarias do Teatro Municipal às 14h do dia 7/9.

DERROTA DO GOVERNO

Na quarta-feira, 1/9, em sessão do Senado, a Medida Provisória 1045 foi rechaçada, pelos senadores afastando a hipótese de

uma nova Reforma Trabalhista, que foi sorrateiramente incorporada à reedição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. A MP criava novas formas de contratação, sem vínculo empregatício, sem direitos trabalhistas e previdenciários. Seriam criados trabalhadores de "segunda classe", afetando principalmente jovens de 18 a 29 anos.



Continua o julgamento do Marco Temporal que coloca em risco as terras indígenas

Durante esta semana o Supremo Tribunal Federal continuou o julgamento do chamado marco temporal que contando com um amplo apoio dos ruralistas, estabelece que a demarcação

de territórios somente poderá ocorrer se os povos indígenas provarem que ocupavam a área anteriormente ou na data exata da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outu-

bro de 1988. Entre quarta e quinta-feira foram ouvidas as sustentações orais do processo e o julgamento continua na próxima semana. Abaixo transcrevemos um artigo especialmente

escrito para o *PUCviva* por Paloma Gomes e Rafael Moreno que defenderam os direitos dos povos indígenas durante a sessão de sustentações orais no Supremo Tribunal Federal.

Os direitos indígenas: o que está em discussão no STF?

*Paloma Gomes e
Rafael Modesto*

Desde o dia 8 de junho, passaram por Brasília mais de 7.000 indígenas de pelo menos 170 povos para defender o direito à vida e aos seus territórios. Mas por que esses povos permanecem na capital do país atentos a um telão no meio da Praça dos Três Poderes?

Encontra-se em julgamento no Plenário do Supremo Tribunal Federal o caso sobre a terra indígena Ibirama La-Klãnõ, localizada em Santa Catarina (RE 1.017.365 - Tema 1031/STF). Trata-se de um caso de extrema relevância não só para o povo Xokleng, que violentamente desde 1926 vem sendo alijado de suas terras tradicionais, mas também para os demais povos indígenas no país.

O fato de a maior mobilização indígena dos últimos trinta anos ocorrer em plena pandemia do coronavírus é um indicativo do estado atual de pressão a que estão submetidos os povos indígenas do Brasil: sofrendo ataques em seus territórios e vendo seus direitos constitucionais em risco, comunidades de todo o país decidiram vir à capital federal clamar por proteção e respeito aos direitos conquistados com

muita luta no processo Constituinte.

Cabe ressaltar que a luta travada pelos povos para que fossem incluídos no grupo prioritário da vacinação permitiu que parte da sua população fosse imunizada e, agora, pudesse deslocar-se até a capital federal para travar a luta em defesa de seus direitos.

Mesmo com a vigília permanente em Brasília, ainda assim avançam contra as vidas indígenas, sem constrangimento, aqueles que defendem o desenvolvimento econômico por meio da extração de minérios, madeiras, da ocupação do solo para criação de gado e cultivo de soja, defensores do marco temporal. Fato é que os povos indígenas permanecem resistindo, uma vez que a sua existência está intimamente ligada ao território e ao meio ambiente.

Para quem defende essa abstração do marco temporal, o Supremo Tribunal Federal teria fixado um marco para demarcação de terras indígenas, no qual o direito territorial dos povos indígenas estaria atrelado à comprovação da ocupação física da terra - e não tradicional - pela comunidade, na data da promulgação da Constituição Federal, 05 de outubro de 1988. Mas não é o caso, já

que a Corte anulou no caso Raposa Serra do Sol todas as posses e ocupações realizadas por não indígenas, tituladas ou não, existentes em muito tempo antes da promulgação da nossa Carta Política vigente.

Chega a ser perversa a exigência de comprovação da posse indígena em 1988 para a demarcação das terras tradicionais. Isso porque a história de nosso país não nos permite esquecer que os povos indígenas foram expulsos com muita violência das terras que ocupavam há muitos séculos.

Embora o extermínio indígena seja a pauta prioritária desses grupos que nunca romperam com a violência do período colonial e com o discurso integracionista vigente à época da ditadura militar, temos hoje um ordenamento jurídico sólido que não autoriza retrocessos.

A leitura do texto constitucional não pode estar dissociada do reconhecimento de que os direitos indígenas são originários, muito menos da violência a que foram submetidas as comunidades ao longo dos séculos no Brasil. Por isso mesmo que a Constituição Federal de 1988 opera de forma retroativa, reprimindo os ilícitos e o esbulho territorial ocorridos antes da sua promulgação.

A decisão a ser tomada pelo STF no âmbito desse recurso vai afetar a todos os povos indígenas do país, indistintamente, dado o reconhecimento da repercussão geral da matéria (Tema 1031). Nas palavras do Supremo, trata-se da "definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena, nos termos do artigo 231 do texto Constitucional". Ou seja, diferentemente do argumento sustentado por quem defende o marco temporal, o Supremo ainda não pacificou a matéria.

Contudo, a mais alta Corte do país terá de dar a última palavra, não apenas para definir o entendimento sobre ocupação tradicional indígena e a sua abrangência, mas também para impedir a apropriação das terras indígenas por aqueles que desejam permanecer explorando nossos recursos naturais.

Os indígenas dizem confiar no Supremo, tanto para a garantia do futuro das demarcações, como para não permitir retrocessos em matéria de direitos fundamentais.

*Paloma Gomes e Rafael Modesto
são Advogados e assessores jurídicos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)*

JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO

Morreu na tarde da quarta-feira 1º/9 o professor José Manoel de Arruda Alvim Netto, aos 85 anos. Bacharel, livre-docente, doutor e mestre em Direito pela PUC de São Paulo, foi professor titular de Direito Civil e coordenador da área de Direito Processual Civil da universidade, na Graduação e na Pós em Direito.

Além de professor José Manoel Alvim exerceu com brilhantismo a advocacia até 1979, ano em que passou a integrar o Poder Judiciário, tendo se aposentado como de-

sembargador do TJ/SP em 1984, além de ter sido juiz em 1979, nomeado pelo critério do 5º Constitucional para o 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo. Foi Procurador da Fazenda Nacional de São Paulo.

O Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Professor Silvio Luis Ferreira da Rocha assim expressou em nota o seu pesar pela morte do professor: "José Manoel de Arruda Alvim foi responsável pelo desenvolvimento da ciência jurídica processual por décadas. Sua inteligência,



sua capacidade de síntese e explicação formaram milhares de profissionais que carregam consigo o orgulho de terem sido seus alunos, tanto nos cursos de graduação e pós-graduação.

Não há palavras para exprimir a nossa dor, nem gran-

deza que possa mensurar a perda para a família, para os amigos e para a comunidade científica. Gostaríamos de nos solidarizar com a Tereza, com a Didi, com o Eduardo e com a Angélica. Recebam o nosso abraço nesse momento difícil".

Entidades repudiam ameaças a servidora da USP

O Fórum das Seis, composto por associações de professores e funcionários e estudantes da USP, Unesp e Unicamp repudiou a instauração de processo administrativo pela USP, contra a funcionária Bárbara Della Torre, trabalhadora do HU e representante dos funcionários no Conselho Universitário da USP. Bárbara, assim como milhares de mulheres, esteve na linha de frente durante toda a pandemia para atender a população. Segundo o Fórum das Seis: "A USP a ameaça de demissão por ter sido parte de uma ampla campanha - levada adiante por dezenas de entidades como o SINTUSP, ADUSP, SIMESP, Coletivo

Butantã na Luta, entidades estudantis e de moradores da região - em defesa de condições seguras de trabalho para todas as trabalhadoras e trabalhadores do hospital, para que pudessem, nas condições adversas da pandemia, atender à população e defender a vida. Vendo colegas adoecerem e morrerem de Covid-19, uma campanha pela saúde dos servidores do HU tomou caráter de urgência e envolveu vários setores do HU e da comunidade, incluindo Bárbara."

A APROPUC e a AFAPUC repudiam mais esse ato de violência contra a trabalhadora e juntam as suas vozes ao protesto do Fórum das Seis.

Reunião com a Fundasp transferida para segunda-feira

A reunião que seria realizada no dia 30/8 com o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo foi transferida para segunda-feira, 6/9.

Entre outros assuntos

a diretoria da APROPUC e o gestor da Fundasp deverão discutir o texto do Acordo Interno de Trabalho que hoje está sendo substituído pelo chamado Ato de Liberalidade.

PROFESSOR, FUNCIONÁRIO, FILIE-SE À SUA ASSOCIAÇÃO!

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE:

PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao

FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>



PUCviva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Edição de Arte /Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Nalcir Antonio Ferreira Jr e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

Livro discute movimento estudantil na PUC-SP

Na terça-feira, 30 de agosto aconteceu o lançamento do livro "O Movimento Estudantil entre a Cruz e a Espada: Projetos em disputa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) nos Anos de Chumbo (1967-1974)" do Me. Alexandre Gonçalves Terini - Mestre em História pela PUC-SP.

O lançamento do livro contou com um debate que teve a presença do autor, da Prof. Dr. Maria Beatriz Costa Abramides, do Prof. Dr. Luiz Antonio Dias e a mediação do professor João Batista Teixeira da Silva.

A PUC-SP foi, e é, um grande palco para os movimentos sociais e de resistência, com seus projetos políticos e educacionais, viveu inúmeros episódios marcantes que tiveram como atores principais a Igreja Católica, estudantes, a sociedade civil e o governo ditatorial. Nos anos de chumbo o recorte utilizado pelo autor, retrata esses projetos educacionais diante da sociedade, governo militar e a igreja progressista.

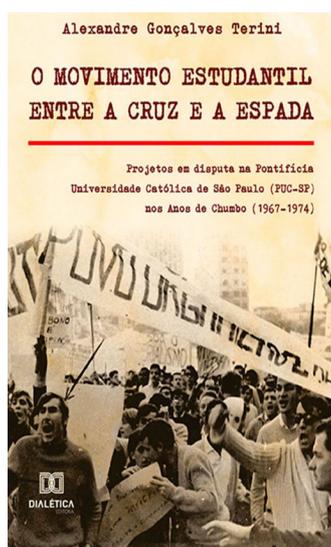
RADICALIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Os estudantes eram o maior alvo de perseguição e repressão. Os ataques, dos militares, eram frequente. Naquele momento houve uma radicalização do movimento estudantil, onde vários grupos começaram a atuar na clandestinidade e de outro lado tínhamos a realização de atos como Passeata dos Cem Mil, Batalha da Maria Antonia e o Congresso de Ibiúna.

"A luta pelo acesso e per-



Acima os participantes da live



manência, pela redução das mensalidades, pelo ensino público laico gratuito universal estavam presentes lá e nos dias de hoje. No presente temos esse desgoverno profascista, reacionário da extrema direita, negacionista que acaba com a ciência." disse a Professora Maria Beatriz Costa Abramides, uma das jovens detidas no Congresso de Ibiúna em 1968, ao analisar a mercantilização da educação que é um debate que teve início muito antes e é presente até hoje.

**anarquistas
na américa
do sul**

**9 de
setembro**

**90 ANOS
DA REVOLUÇÃO
ANARQUISTA**

escândalos libertários

roda de
conversa
10hs às 13hs

Mauricio Pelegri (coord.),
Elena Schembri
Eliane Carvalho
Flávia Lucchesi & Mauricio Marques
Sebastián Stavisky
Thiago Lemos Silva

tesão e anarquia

mesa
redonda
19hs às 22hs

Lucia Soares (coord.)
Gustavo Simões
João da Mata
André Liohn

transmissão pela **TV PUC** em
[youtube.com/tvpuc](https://www.youtube.com/tvpuc) e [facebook.com/tvpucsp](https://www.facebook.com/tvpucsp)

organização:
nu-sol/ pepg-cso - puc-sp
(núcleo de sociabilidade libertária)
lasintec/ eppen - unifesp
(laboratório de análise em segurança internacional e tecnologias de monitoramento)
lima/ faculdade de educação - unicamp
(laboratório insurgente de maquinárias anarquistas)